

Manifestantes pedem regulação do cigarro eletrônico em frente à Anvisa

 poder360.com.br/saude/manifestantes-pedem-regulacao-de-cigarro-eletronico-em-frente-a-anvisa

PODER360

April 19, 2024



Segundo usuários, falta de regulamentação colabora com o comércio ilegal do item e estimula o tabagismo de usuários do cigarro comum

19.abr.2024 (sexta-feira) - 12h19

Manifestantes compareceram à sede da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), em Brasília, nesta 6ª feira (19.abr.2024), para pedir a regulação do cigarro eletrônico no país. A entidade vota, também nesta 6ª, se a comercialização e a publicidade do item no Brasil permanecem proibidas.

Os protestantes afirmam que a manutenção do veto fortalece o contrabando ilegal do vape e estimula o tabagismo de usuários que conseguiram deixar o cigarro tradicional com a alternativa do cigarro eletrônico.

“Nós defendemos uma regulamentação controlada porque vemos o que acontece lá fora, em mais de 100 países que já regulamentaram esses produtos. Nós temos largas evidências científicas que mostram que são produtos menos prejudiciais do que cigarros convencionais, desde que devidamente regulamentados. No Brasil, não podemos falar que

os cigarros eletrônicos são menos prejudiciais à saúde, uma vez que não temos conhecimento algum do que tem dentro desses produtos”, disse Alexandre Lucian, presidente do Diretório de Informações para Redução dos Danos do Tabagismo, ao

Assista (3min43):

Há diferentes tipos de cigarros eletrônicos disponíveis hoje no mercado ilegal brasileiro. O mais comum é o vaporizador, aparelho que permite a inalação de vapor de água com sabor e nicotina –uma das substâncias presentes nos cigarros convencionais que causa dependência química.

Há também aparelhos que aquecem tabaco sem queimá-lo. A média de preço é de R\$ 150. Em sites de revenda ilegal e em lojas físicas, no entanto, é possível encontrar modelos que ultrapassam os R\$ 700.

Veja imagens da manifestação:



O ativista Alexandre Luciano defende que o tema seja discutido com mais abertura; diz que usuários do cigarro eletrônico merecem saber quais substâncias consomem nos vaporizadores, o que só seria possível com a regulamentação



Manifestação em frente à Anvisa pede regulação do cigarro eletrônico no Brasil; desde 2009, país proíbe a comercialização e divulgação do item



Segundo usuários, falta de regulamentação colabora com o comércio ilegal do item e estimula o tabagismo de usuários do cigarro comum | Sérgio Lima/Poder360 - 19.abr.2024

ENTENDA

O Brasil proíbe a produção e venda de cigarros eletrônicos desde 2009. Em 2022, a Anvisa revisou a regulamentação e decidiu manter a restrição. Em reunião ordinária nesta 6ª feira (19.abr), o conselho diretor da agência reguladora definirá se a regra continua a valer. A expectativa é de que o grupo decida pela permanência da proibição.

Em nova consulta pública divulgada em 2024, a maior parte dos respondentes manifestou-se contra a proibição do vaporizador. A agência contou com 13.930 respostas à pergunta “Você é a favor desta proposta de norma?”, em referência à medida que veta o vape desde 2009. Dos participantes, 59% disseram “*ter outra opinião*” à presente na norma, contra 37% que responderam “*sim*”, a favor da proibição. Leia mais aqui.

Ao , o presidente da BAT Brasil, Victor Loria, disse que “*muitas coisas mudaram nestes 15 anos desde o banimento*” do cigarro eletrônico no país e que a insistência na proibição deixa o Brasil “*para trás*” na discussão em torno do tema.

Para Loria, os estudos que indicam menor risco à saúde em relação ao cigarro convencional são uma razão para avaliar a regulamentação dos cigarros eletrônicos. Há 2 tipos de equipamento: os que aquecem tabaco, sem queimá-lo, e os que produzem vapor a partir de um líquido com sabor. O 2º tipo é mais comum. Nos 2 casos há consumo de nicotina. Não há fumaça, que tem grande potencial de causar câncer se é inalada. Isso é um dos principais fatores que resulta em menor risco à saúde.

“Acho que as preocupações que a comunidade médica tem estão contempladas na ciência. É um debate de dados, de pesquisa. Tem vários organismos pesquisando isso. Por exemplo o King’s College de Londres, em um estudo publicado no final de 2022, diz que há [nos cigarros eletrônicos] uma mínima fração dos riscos em relação aos cigarros convencionais”, afirmou o representante da BAT.

Leia mais sobre:

- Entenda como é a regulamentação de cigarros eletrônicos nos EUA
- Brasil fica “para trás” sem cigarro eletrônico, diz presidente da BAT
- Cigarro eletrônico é necessário, diz parlamentar europeu
- Não regulamentar cigarros eletrônicos ajuda o crime, diz Soraya Thronicke
- Governo pode arrecadar R\$ 2,2 bi com regulamentação de cigarros eletrônicos